



***IMPACTOS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ÉTICO - POLÍTICO EM
MULHERES AMAZÔNIDAS, RACIALIZADAS E RETERRITORIALIZADAS NO
ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL***

***IMPACTS OF PSYCHIC AND ETHICAL-POLITICAL SUFFERING ON
AMAZONIAN WOMEN, RACIALIZED AND RETERRITORIALIZED IN HIGHER
EDUCATION: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS***

***IMPACTOS DEL SUFRIMIENTO PSÍQUICO Y ÉTICO-POLÍTICO EN LAS
MUJERES AMAZÓNICAS, RACIALIZADAS Y RETERRITORIALIZADAS EN LA
EDUCACIÓN SUPERIOR: UN ANÁLISIS INTERSECCIONAL***

*Janaina Léia Passos da Silva¹
Jhanine Magalhães Cabral²
Rafaele Cristina de Souza Queiroz³
Breno de Oliveira Ferreira⁴
Ádria de Lima Sousa⁵
Iolete Ribeiro da Silva⁶*

RESUMO

Este artigo analisa os impactos do sofrimento psíquico e ético-político em mulheres amazônicas, reterritorializadas e racializadas que migraram de comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o Ensino Superior no Amazonas. Sob o prisma interseccional, utiliza o conceito de corpo-território, que une corpos, histórias, terra e saberes ancestrais. Destarte, a pesquisa qualitativa utiliza as narrativas das mulheres para compreender como os impactos do sofrimento psíquico e ético-político foram experienciados nas suas trajetórias de escolarização. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que transcendam o acesso à educação, promovendo permanência,

¹ Mestre em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

² Geógrafa, Psicóloga. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

³ Antropóloga. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

⁴ Doutor em Saúde Coletiva. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

⁵ Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

⁶ Doutora em Psicologia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

saúde mental e enfrentamento às desigualdades estruturais. Defende-se, enfim, uma abordagem ecofeminista e decolonial para transformar as realidades amazônidas, unindo justiça social e ambiental, além do reconhecimento das vozes dessas mulheres como agentes de transformação e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo-território. Ensino Superior. Interseccionalidade. Mulheres Amazônidas.

RESUMEN

Este artículo analiza los impactos del sufrimiento psíquico y ético-político en mujeres amazónicas reterritorializadas y racializadas que migraron de comunidades rurales, quilombolas e indígenas para asistir a la universidad en Amazonas. Desde una perspectiva interseccional, utiliza el concepto de cuerpo-territorio, que une cuerpos, historias, tierras y saberes ancestrales. Así, la investigación cualitativa utiliza las narrativas de las mujeres para comprender cómo los impactos del sufrimiento psíquico y ético-político fueron experimentados en sus trayectorias escolares. El estudio señala la necesidad de políticas públicas que vayan más allá del acceso a la educación, promoviendo la permanencia, la salud mental y enfrentando las desigualdades estructurales. Finalmente, aboga por un enfoque ecofeminista y decolonial para transformar las realidades amazónicas, uniendo justicia social y ambiental, así como reconociendo las voces de estas mujeres como agentes de transformación y resistencia.

PALABRAS-CLAVE: Cuerpo-territorio. Educación Superior. Interseccionalidad. Mujeres amazónicas.

ABSTRACT

This article analyses the impacts of psychic and ethical-political suffering on reterritorialized and racialized Amazonian women who migrated from rural, quilombola and indigenous communities to attend university in Amazonas. From an intersectional perspective, it uses the concept of body-territory, which unites bodies, histories, land and ancestral knowledge. Thus, the qualitative research uses the women's narratives to understand how the impacts of psychic and ethical-political suffering were experienced in their schooling trajectories. The study points to the need for public policies that go beyond access to education, promoting permanence, mental health and tackling structural inequalities. Finally, an eco-feminist and decolonial approach is advocated in order to transform the realities of the Amazon, uniting social and environmental justice, as well as recognizing the voices of these women as agents of transformation and resistance.

KEYWORDS: Body-territory. Higher Education. Intersectionality. Amazonian women.

* * *

Introdução

O presente artigo aborda os impactos do sofrimento psíquico e ético-político de mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas que se deslocaram de suas comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o Ensino Superior em polos de duas universidades públicas do Amazonas. Esse deslocamento e a circulação dos seus corpos em um espaço no qual a branquitude, processo de pacto que mantém as desigualdades raciais no Brasil (Iray Carone; Maria Aparecida Silva Bento, 2017),

performa a sua senhoria, refletida na forma como essas mulheres experienciam a vida acadêmica. Elas rompem, num movimento singular, o silêncio denunciando o racismo epistêmico enfrentado e os diversos marcadores sociais que circundam os seus corpos.

Diante disso, Susanne Vittenkamm Knudsen (2006) analisa, a partir da interseccionalidade, como as categorias sociais e culturais se entrelaçam, de modo que as relações entre esses marcadores sociais de opressão (gênero, raça, etnia e outros) são exploradas em múltiplos níveis com o objetivo de explicar as diversas desigualdades presentes na sociedade. Logo, discutir a saúde mental aliada ao gênero e a outros marcadores a partir da perspectiva interseccional faz-se importante (Kimberlé Crenshaw, 1989; Carla Akotirene, 2019).

Cabe assim, ampliar a noção de saúde, incluindo territórios, laços comunitários, corpos e pessoas enfatizando a terra como mãe de todas as relações. Ressalta-se que a influência da colonialidade opera baseada na violência, expropriação e exploração, fatores que afetam diretamente a saúde das mulheres e dos territórios (Cristiane Coradin e Simone Santos Oliveira, 2024). Jenny Rose Smolen e Edna Maria de Araújo (2017) apontam uma maior prevalência de adoecimento mental entre pessoas negras, pardas e indígenas, dados relevantes ao considerarmos as mulheres migrantes vindas do interior do estado do Amazonas. Isso porque a classe e a etnia influenciam diretamente as dinâmicas migratórias dessas mulheres que se deslocam buscando uma vida melhor.

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), as mulheres racializadas geralmente se encontram em uma posição onde se entrecruzam racismo ou xenofobia, classe social e gênero, o que as expõe simultaneamente a diferentes formas de opressão. Assim, as desigualdades regionais, raciais, étnicas e econômicas que marcam as pessoas oriundas de determinados grupos, são características presentes na Universidade (Anna Carolina Venturini e João Feres Júnior, 2020) e afetam, especialmente, a saúde mental de mulheres reterritorializadas. Por sua vez, Lélia Gonzalez (1988) introduz a categoria político-cultural da amefricanidade para compreender a singularidade da formação da “América Ladina” e deslocar os métodos eurocêtricos dominantes.

A temática da reterritorialização organiza-se em adjacência aos processos de desterritorialização. Em outras palavras, a desterritorialização e a reterritorialização são indissociáveis, expressando linhas de fuga que orientam-se em movimentos constantes (Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1997). As amazônidas, especialmente indígenas, negras, pardas e quilombolas, ao se desterritorializarem para acessar o Ensino Superior,

enfrentam vulnerabilidades, inclusive econômicas. Para Verusca Couto-Oliveira (2007), mulheres pobres nessas condições estão mais propensas ao estresse e adoecimento psíquico. O sofrimento mental dessas mulheres está ligado à estrutura social marcada por patriarcado, machismo, sexismo e racismo, os quais legitimam relações de poder baseadas na exploração, violências e precarização da vida e do trabalho.

A imersão hegemônica perpetua a dominação das formas de ser, saber e poder, caracterizada como colonialidade (Aníbal Quijano, 1992; Walter D. Mignolo, 2017). O contra-ataque a esses dogmatismos da modernidade vem da “desobediência epistêmica”, que cria na diferença da narrativa plural, ferramentas para produzir resistências, reexistências e revivências (Mignolo, 2017; Catherine Walsh, 2013). Reconhecendo a urgência de compreender as relações impostas a corpos racializados em espaços concebidos pela e para a branquitude, recorremos ao conceito de corpo-território, emergente das mobilizações ecofeministas de mulheres indígenas e camponesas do Caribe e da América Latina, como Lorena Cabnal (2010), o corpo como uma extensão da terra operando vinculado aos modos de vidas identitários ligados aos rios, às florestas, aos territórios e aos coletivos comunitários.

Destaca-se que essas contribuições ecofeministas, com a noção de corpo-território, articulam-se as narrativas de nossas interlocutoras, reafirmando a centralidade das mulheres negras e das comunidades tradicionais e o reconhecimento da Terra de forma indissociável do nosso corpo como espaço político, cultural e espiritual (Rogério Haesbaert, 2020). O ecofeminismo latino-americano, portanto, possui uma identidade própria que valoriza novamente as cosmovisões autóctones dos povos originários e dá ênfase à prática da libertação.

Enquanto corpos brancos ocupam facilmente o espaço acadêmico como ambiente de desenvolvimento intelectual, as amazônidas desterritorializadas enfrentam uma disputa de narrativas e resistências para não sucumbirem às agressões desse ambiente. Ao conectar o corpo a uma rede complexa de relações ontológicas, entender a realidade exige a reconfiguração dos espaços políticos, epistemológicos e territoriais (Fabiane Vinente dos Santos e Maria Assunta Pedrosa Ferreira, 2022).

O corpo-território é atravessado por dinâmicas de poder vinculadas à colonialidade e marcado por um território de branquitude, mas também carrega memórias e resistências, atuando na academia com saberes não eurocêtricos (Gonzalez, 1988). Esses corpos, por sua vez, são caracterizados por ancestralidades, interseccionalidades e resistências relacionadas à raça, etnicidade, gênero, classe, idade e natureza, constituindo

territórios de reexistência (Haesbaert, 2020). Então, a inserção desses corpos na academia pode desestabilizar o conhecimento eurocristão, criando, como afirma bell hooks (2019), possibilidades de transformação.

A intersecção de gênero, raça e territorialidade, conforme Françoise Vergès (2020), influencia sua relação com a academia e sua identidade cultural. O isolamento geográfico da região amazônica, marcado por dificuldades de acesso devido aos rios e florestas, limita o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, direcionando muitas mulheres a trabalhos na pesca, agricultura e atividades de subsistência (Alessandra dos Santos Pereira e Iolete Ribeiro da Silva, 2023). O acesso de mulheres ao Ensino Superior não transforma suas condições de vida, pois enfrentam jornadas duplas ou triplas, resultado das divisões sexuais de trabalho e papéis de gênero atribuídos historicamente e socialmente, acarretando sobrecarga e problemas de saúde (Kristine Renata Medeiros Alves; Dayse da Silva Albuquerque e Gisele Cristina Resende, 2023).

Os movimentos migratórios representam para as mulheres amazônidas uma busca por escolarização, profissão e emprego, muitas vezes impulsionadas por resistências e lutas sociais ainda marcadas pela desigualdade de gênero na academia (Márcio Roberto Ghizzo e Márcio Mendes Rocha, 2008; Pereira e Silva, 2023; Amurabi Oliveira; Marina Félix de Melo; Quemuel Baruque de Rodrigues e Mayres Pequeno, 2021). Para mulheres ribeirinhas, indígenas e quilombolas, os desafios vão além do acesso ao Ensino Superior, exigindo também a garantia de permanência e da sua qualidade.

As narrativas das participantes mostram como suas trajetórias de escolarização estão conectadas às relações sociais, heranças geracionais e à interação com o ambiente (Sander José Couto da Silva; Suely de Fátima Ramos Silveira e Nálbia de Araújo Santos, 2024). A inclusão pela exclusão social gera um sofrimento marcado pelas injustiças sociais, entendido como a dor de estar submetido à fome e à opressão, reconhecida por aquelas/es que vivenciam a inclusão perversa (Bader Burihan Sawaia, 2014). Esse sofrimento ético-político reflete desigualdades estruturais e a ausência de cuidados por parte do Estado e da sociedade, impactando a vida das mulheres de classes subalternizadas. O estudo busca, por meio das narrativas das interlocutoras, dar visibilidade às complexidades e especificidades das vivências na realidade amazônica, as categorias aqui construídas expressam suas realidades sob o prisma interseccional.

Procedimentos Metodológicos

Este artigo integra uma produção do macroprojeto de pesquisa intitulado *Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do Ensino Superior: desafios para a permanência* (Iolete Ribeiro da Silva, 2022), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Enquanto estudo qualitativo, do tipo exploratório e descritivo, baseia-se nas narrativas do cenário experiencial dos sofrimentos vivenciados por mulheres amazônidas durante as suas trajetórias de escolarização. Além disso, possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado, das experiências sociais, das interações e dos contextos culturais (Maria Cecília de Souza Minayo, 2014).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas, sob o número do Parecer: 5.765.546. As interlocutoras da pesquisa foram oito mulheres racializadas, todas cisgênero, negras, pardas, indígenas e quilombolas. Para preservar suas identidades, optamos pelos codinomes Tupi, Tainá, Jaci, Irani, Orion, Yuna, Jurema e Araci.

As participantes da pesquisa precisaram sair de seus territórios (Benjamim Constant, Parintins e Uarini - municípios do interior do Amazonas) para acessar o Ensino Superior em dois polos de universidades públicas do Estado do Amazonas. Contudo, mesmo com as singularidades pertinentes a cada uma, trazem experiências de marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe) importantes para o estudo.

Para a produção dos dados, utilizamos entrevista narrativa e semiestruturada. A entrevista narrativa teve como questão norteadora: “Conte-me sobre a sua história de vida”. A partir disso, foi conduzida uma entrevista semiestruturada. Ambas gravadas e transcritas. Após, realizamos a análise dos dados, organizando as unidades das narrativas e dos temas (Minayo, 2014). Foram construídos cinco temas que abordam os impactos no sofrimento psíquico e ético-político das mulheres amazônidas reterritorializadas sob uma perspectiva interseccional: 1. “Eu saio do interior, mas o interior não sai de mim”; 2. “A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens”; 3. “Veio a pandemia”; 4. “Mas por que tu pensa em desistir?”; 5. “A universidade abre nortes”. Este artigo é uma construção transdisciplinar que busca compreender como mulheres amazônidas experienciam a academia e como a relação entre o “Eu” (subjetividades) e o “Outro” (a academia) afeta seu bem-viver no ambiente acadêmico.

Resultados e Discussão

Adota-se a ideia de corpo-território tanto na interpretação das narrativas quanto na articulação teórica e metodológica das autoras. Como propõe Donna Haraway (1995), é preciso resgatar a visão como sentido metafórico e crítico na escrita feminista do corpo. Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2013) demonstram como o Ensino Superior reflete hierarquizações e o epistemicídio, revelando o alcance do racismo estrutural na vida e no saber das pessoas racializadas. A violência na academia não é apenas física, mas se expressa na desqualificação de saberes, falas e dificuldades linguísticas decorrentes dos processos de aprendizagem.

O feminismo latino-americano apresenta contribuições diversas que valorizam saberes locais. Como destaca Rosângela Angelin (2014), as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas vivem suas relações interligadas à natureza, superando todas as formas de dominação. As mulheres amazônidas deste estudo enfatizaram também suas conexões inseparáveis desde suas ancestralidades. Já bell hooks (2013) evidencia como jovens negras experienciam e transgridem as margens acadêmicas por meio de uma educação libertadora e amorosa, entendida como ato político e de acolhimento. O aquilombamento, destacado por Beatriz Nascimento (2018) e outras/os intelectuais negras/os, aparece nas falas como forma de resistência das mulheres amazônidas racializadas que migraram para cursar o Ensino Superior e que, com seus corpos-territórios, enfrentaram desafios, dificuldades e transformações, coadunando sofrimentos ético-políticos e construindo estratégias de fortalecimento e reexistência.

1 “Eu saio do interior, mas o interior não sai de mim”

As trajetórias de escolarização se entrelaçam de forma indissociável às histórias de vida das mulheres amazônidas racializadas e reterritorializadas. Em suas palavras, ressoam as vivências atravessadas por interseccionalidades, marcadas pelos vínculos familiares e pelo profundo pertencimento aos seus territórios de origem. Elas compartilham, com sensibilidade e força, como suas existências se conectam com o processo de escolarização no Ensino Superior, revelando intimidades entre vida e aprendizado, entre luta coletiva e saber acadêmico.

Jurema considera que: “No interior, a gente sente falta da família e de casa, pelo costume de lá, né? A cidade é totalmente diferente, o interior é um lugar que sentimos muita falta”. A compilação de fatores que adornam essa narrativa traz consigo o poder da territorialidade na memória do corpo, um corpo acometido por vínculos familiares, distâncias, saudades, emoções, costumes, diferenças e dimensionalidades multiterritoriais tecidas no vínculo com a terra, “[...] questões que se pode denominar de ontológico-territoriais e estão focadas em uma ou mais dimensões da terra-território, dependendo também da constituição específica de cada grupo e das lutas que se desdobram” (Haesbaert, 2020, p. 83).

As trajetórias dessas mulheres deságuam em seus corpos como os rios que marcam suas migrações, migrações não isoladas, que originaram o “Conceito de água-corpo-território, onde o corpo, como primeiro território, ontologicamente conectado à água, alcançaria outra dimensão de territorialidade” (Alexandre Panez Pinto, 2018, p. 14). Isso realça os diversos desafios apresentados nas vivências subjetivas das interlocutoras, as quais narram suas vidas em comunhão com suas experiências de escolarização, sublinhando a relação inseparável entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, revelando a indissociabilidade constante em suas trajetórias, assim como a possibilidade de superar e de quebrar ciclos com uma educação transformadora (hooks, 2013; Gonzalez, 1988).

Um vínculo permeado por inúmeras deficiências e precariedades na oferta educacional, especialmente em áreas interioranas. Como relatou Jurema, “[...] a educação no interior tem as suas dificuldades de infraestrutura”; ou Araci, que descreve “[...] um ensino não muito correto”. Em alguns casos, a ausência de condições adequadas levou ao início das migrações, como apontou Jurema: “[...] a comunidade não disponibilizava de ensino médio, se quisermos fazer faculdade tem que sair”. Essas experiências revelam que o ingresso no Ensino Superior vai além de uma decisão pessoal, trata-se de uma resistência frente aos inúmeros impedimentos, que foram vencidos pela subversão por nossas interlocutoras (Walsh, 2013).

O embate promovido pela desobediência transformou os corpos dessas mulheres em territórios de resistência, moldados pelas dinâmicas coloniais dos processos de desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2020). Movimentos que lhes possibilitaram vivenciar continuidades e descontinuidades, tanto materiais quanto simbólicas, ao longo de suas partidas e retornos aos interiores de onde vieram (Coradin e Oliveira, 2024). Por meio dessas territorialidades, elas acessam e ressignificam suas origens, como expressou Tainá: “[...] eu saio do interior, mas o interior não sai de mim”.

Isso demonstra como os deslocamentos são não apenas geográficos, mas também simbólicos, configuram trajetórias de reexistência e revivência, reafirmando a conexão indissolúvel entre seus corpos e seus territórios.

A resistência, nesse sentido, não se dá apenas pela permanência na universidade, mas também pela capacidade de recriar territórios no encontro entre o que foi deixado para trás e o que é construído ao longo do caminho, como nos traz Araci: “tu sai só da tua comunidade para tu crescer mais. Mas só que o que está na comunidade, a tua cultura, tu não pode matar. Porque se morrer o que tu tem aqui, não tem como tu crescer [...]. Então, tu tem que sempre carregar”. O ingresso das mulheres na educação e na produção intelectual ainda reflete lutas históricas e silêncios rompidos, tal como no final do século XIX, quando a educação feminina no Brasil visava moldá-las para os papéis de esposas e mães, enquanto mulheres racializadas eram excluídas da escolarização, sendo limitadas ao trabalho doméstico e de cuidadoras (Pereira e Silva, 2023).

Para as mulheres amazônidas racializadas, muitas “primeiras vezes” ainda estão se articulando, como celebraram Orion e Tupi ao relatarem: “sou a primeira da família a ingressar na universidade”. Essas vozes femininas entoam em seu corpo-território uma consciência política marcada por súplicas e sujeitamentos geracionais, afirmando-o como ferramenta de luta (Haesbaert, 2020). Isso revela a urgência de políticas que garantam o acesso à educação, a permanência nas universidades e o cuidado com a saúde mental, atravessada por gênero, raça, etnia, território e impactos ambientais (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019). Desde a vida comunitária, enfrentam insegurança alimentar, falta de moradia, transporte precário e exclusão digital.

Patrícia Albanaes (2019) evidenciou a lacuna de pesquisas sobre a qualidade das vivências acadêmicas de universitárias cotistas, destacando que a autocobrança elevada prejudica seu bem-estar físico e psicológico, devido à sobrecarga de conciliar estudos, trabalho, dificuldades financeiras e carência da Educação Básica. As interlocutoras deste estudo também apontaram a omissão do Estado com a educação escolar interiorana, marcada pela ausência de professoras/es, falta de energia elétrica, infraestrutura inadequada, materiais e transporte.

Araci, mulher indígena, relatou suas dificuldades no Ensino Médio: “[...] o trajeto até a escola era de lama em dias de chuvas, usando bota ou sacola no pé. Merenda, às vezes tinha, assim como o ar-condicionado, as salas eram quentes, quando faltava água pra beber, o horário era reduzido”. Orion compartilhou: “Ia de barco ou canoa que o poder

público disponibilizava, já na seca era um pouco mais dificultoso, andamos quilômetros a pé. Às vezes eles param a aula dos menores de educação infantil, porque é mais difícil”. A escolarização, construída de forma integral com participação da família, é afetada por políticas públicas ineficazes, prolongando o sofrimento ético-político dessas mulheres, que seguem até o Ensino Superior.

O Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT), “[...] uma alternativa para oferecer educação às populações do campo, que vivem em comunidades distantes” (Silva, Silveira e Santos, 2024) mostrou-se insuficiente. Na pandemia da Covid-19, a situação se intensificou. Jurema afirmou: “Eu achei ruim para todos. Não obtive uma nota no histórico, praticamente a mesma nota” e Orion disse: “foi por mediação tecnológica [...]. Tem quem vai pra cidade porque o tecnológico não é ajuda”. Jurema completou: “[...] a falta de energia dificulta, perde muita coisa em dias”.

Como ensina bell hooks (2000), é necessário avançar das margens para o centro com uma educação emancipadora, na qual mulheres racializadas reinventem as margens. Enquanto investimentos se concentram nas grandes cidades, comunidades periféricas enfrentam barreiras no acesso a direitos como educação e saúde. A falta de infraestrutura afeta o aprendizado e o acesso ao Ensino Superior em territórios remotos. Rafaela Cristina de Souza Queiroz (2023) contribui ao destacar lacunas na pesquisa sobre educação nas ruralidades do Amazonas e a urgência de políticas públicas que considerem as especificidades regionais, para que as margens ocupem o centro do debate e da transformação.

Visibilizar as desigualdades de gênero enfrentadas por mulheres do interior, indígenas, quilombolas e negras ressalta as múltiplas opressões que vivenciam e aponta estratégias de resistência. Suas jornadas educacionais se tornam ainda mais desafiadoras com as mudanças climáticas, que impactam especialmente mulheres, crianças e idosos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2024) destacou que mais de quatrocentas mil crianças e suas famílias foram afetadas pela seca histórica na Amazônia. Os rios, principais vias de transporte e comunicação entre o interior e a capital, são vitais para a conexão dessas populações (Christiane Alves Byron de Mello, 2017; Silva; Silveira e Santos, 2024).

As histórias das oito mulheres amazônidas revelam a potência de seus corpos-territórios, que, apesar de tudo, desobedecem, resistem, desprendem-se e reconstróim-se na fronteira de suas conquistas. Mignolo (2017) defende que a consciência é um processo de desprendimento e exige desobediência epistemológica. Mesmo distantes de suas

comunidades, mantêm forte conexão com suas territorialidades, que as afetam e mobilizam: “[...] um dia, sei que vou voltar, falar à comunidade que precisa se defender, defender o modo de subsistência de vocês. Tem tempo que não tem peixe lá. Vamos nos mobilizar” (Tainá).

Elas seguem com a mobilização coletiva, o apontamento é para o Norte. No sentido de que, apesar das adversidades, vislumbrar e construir a educação, a partir da perspectiva da cultura, permite reconhecer a polissemia decolonial, utilizando as brechas das fronteiras para as lutas de resistência como lutas políticas (Silva; Silveira e Santos, 2024). As mulheres amazônidas racializadas percorrem, assim, a travessia emancipatória nos caminhos da educação, superando diversos desafios e dificuldades.

A gravidez na adolescência e os impactos da maternidade na formação acadêmica marcam profundamente as trajetórias dessas mulheres. Irani contou: “Aos 17 anos, eu engravidei, e quando tive meu bebê, parei de estudar”. Tainá afirmou: “Estou fazendo faculdade, mas acabei engravidando. A gravidez tornou tudo mais difícil, não conseguia ir à faculdade”. Em comunidades ribeirinhas empobrecidas, a falta de acesso a saúde dificulta o planejamento familiar (Abel Santiago Muri Gama; Tiótreffis Gomes Fernandes; Rosana Cristina Pereira Parente e Silvia Regina Secoli, 2018), agravado por relações abusivas, afetando a saúde integral e contribuindo para a evasão escolar. Por isso, é urgente que políticas públicas garantam proteção, saúde, Educação Básica e Ensino Superior e autonomia, considerando as interseccionalidades dessas vivências.

2 “A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens”

Todas as mulheres interlocutoras da pesquisa relataram algum tipo de violência que marcou profundamente suas histórias de vida e afetou suas trajetórias educacionais. A violência de gênero, enraizada nas relações de poder, entrelaça-se com raça, etnia, classe e território, sendo agravada em contextos de isolamento geográfico, onde as mulheres são mais vulneráveis à pobreza (Maria de Fátima Araújo, 2008; Vilkiane Natercia Malherme Barbosa e James Ferreira Moura Júnior, 2021). Suas manifestações variam conforme o contexto e fatores como dependência emocional e econômica, falta de apoio social, idealização da família e preocupação com os filhos dificultam a ruptura com relações abusivas (Araújo, 2008).

As violências têm uma historicidade profunda, a violência colonial contra mulheres negras e indígenas está na base da identidade nacional e cimeta hierarquias de gênero e raça (Sueli Carneiro, 2011; Emanuelle Freitas Goes e Enilda Rosendo Nascimento, 2013). A violência doméstica, impulsionada pelo patriarcado e sexismo, atinge mulheres em muitas partes do mundo, sendo especialmente grave na Amazônia, onde negras, indígenas e ribeirinhas sofrem maior subalternidade e silenciamento.

Com a pandemia da Covid-19, houve aumento nos casos de feminicídio, intensificando os impactos da violência na saúde mental das mulheres, como ansiedade e depressão (Vera Maria Sérgio de Abreu Vieira e Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté, 2022; Valeska Zanello e Renpe Marc Costa e Silva, 2012). A maioria das vítimas de feminicídio são mulheres negras, que têm menos acesso à educação e saúde, ampliando suas vulnerabilidades (Brasil, 2021). Thainá relatou: “Com a minha gravidez, as coisas se tornaram ainda mais difíceis. Não conseguia estudar nem sair de casa. Ele mandava nas minhas roupas, me agredia psicologicamente, manipulava, e me culpava”. Thainá relata que conseguiu apoio da família e retomou os estudos, mas muitas mulheres não têm rede de apoio e enfrentam sozinhas as marcas da violência, evidenciando a urgência de políticas públicas sensíveis e eficazes.

Também Irani expressou: “Como eu vivia um relacionamento abusivo, ele era ciumento, tive que parar de estudar novamente. Aí, tomei a decisão de me separar, foi a decisão mais importante da minha vida, e concluí os estudos”. Jaci continuou: “O meu pai batia... Aí nós fugimos para cá, eu com a minha irmã, ela arranhou um trabalho”. Tupi relata: “A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens.”

Todas essas falas evidenciam que a violência contra a mulher, em suas múltiplas formas, é um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos, que exige análise interseccional, afetando profundamente a saúde e o bem-estar físico, emocional e psicológico das mulheres, especialmente aquelas marginalizadas por raça, classe, etnia e território. Essas violências comprometem suas trajetórias educacionais, tornando seus corpos-territórios espaços de luta. Assim, o debate sobre corpo-território valoriza as existências coletivas, integrando terra, floresta, água e saberes ancestrais com foco no cuidado e no enfrentamento à exploração e à violência.

As participantes da pesquisa sentem em seus corpos-territórios a dor e os impactos nocivos ao longo das suas trajetórias de escolarização, que só foram superados com uma rede de apoio fortalecida e outros direitos garantidos, possibilitando a continuidade dos estudos, que representam emancipação e autonomia. Ainda são necessários avanços nas

políticas de proteção para que essas mulheres possam realizar sonhos e projetos de vida. Carneiro (2011) destacou que lutar pela igualdade de direitos envolve transformar possibilidades e reconhecer o ser humano como pleno, além da raça e do gênero. Essas lutas se tornaram ainda mais desafiadoras após a pandemia da Covid-19, que foi devastadora para os direitos de mulheres e meninas.

3 “Veio a pandemia”

A pandemia da Covid-19 expôs fragilidades das políticas públicas e agravou desigualdades sociais e econômicas, impactando especialmente mulheres e meninas. No Brasil, com epicentros como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, mais de 60% das mulheres estavam no mercado informal, tornando-se mais vulneráveis com a retração econômica (ONU MULHERES, 2020). A crise ampliou o desemprego, a sobrecarga doméstica e a escassez de recursos, afetando agressivamente mulheres das regiões Norte e Nordeste (OPAS, 2022).

No Amazonas, o colapso do sistema de saúde evidenciou desigualdades de acesso e infraestrutura precária fora da capital (Alessandra Valle Salino e Glaucia Maria de Araújo Ribeiro, 2023). Famílias pobres, muitas chefiadas por mulheres, foram duramente atingidas (Irlanda Leite Pantoja, 2014). Na educação, o ensino remoto enfrentou sérios obstáculos, sem *internet* ou estrutura adequada (Alexandra Nascimento de Andrade; Argicely Leda de Azevedo Vilaça e Felipe da Costa Negrão, 2021). O modelo de Mediação Tecnológica (Silva; Silveira e Santos, 2024) exigia recursos ausentes em muitas comunidades, forçando deslocamentos para garantir seu acesso.

Como narra Yuna, “[...] vamos de barco ou canoa no tempo da cheia dos rios. Na estiagem são horas a pé, passa por lama, quando chegava na escola, trocava a roupa pra ir pra sala”. Esse é um dos retratos adversos do ensino nas comunidades distantes, refletindo a dificuldade de operacionalizar o ensino remoto no Amazonas durante a pandemia. O uso de tecnologias exige habilidades específicas, infraestrutura e condições materiais, frequentemente ausentes nas populações marginalizadas.

Algumas interlocutoras recordaram as dificuldades desse período: “Quando tinha uma atividade remota, dificultou muito o acesso porque não tinha acesso à *internet*. Era muito difícil estudar em casa, não sabia se cuidava da casa ou estudava” (Irani). “Tinha dificuldade porque ficava sem energia, esculhambava o aparelho, fomos prejudicados”

(Orion). As falas mostram que o aprendizado remoto se tornou um fardo psicossocial, com o sofrimento psíquico ligado à falta de material e infraestrutura, gerando um sentimento de fracasso acadêmico frente a algo que não deveria ser responsabilidade individual (Roberta Sant’Anna Kafrouni; Rafaela de Campos Domingues e Anna Paula Lindolpho Antunes, 2020).

Durante a pandemia da Covid-19, a adoção emergencial das aulas *online* buscou mitigar a suspensão das atividades presenciais, mas sua implementação abrupta e sem planejamento revelou uma inesperada colonização tecnológica. Todos se tornaram aprendizes involuntários em meio ao caos pandêmico, passando por rápidas adaptações psicossociais que impactaram o cotidiano especialmente o das mulheres, em particular as mães. Essas enfrentaram uma intensa sobrecarga emocional ao conciliar trabalho, afazeres domésticos, estudos, cuidados com filhos e pais, apoio no ensino remoto e o medo constante da doença e da morte (Simone de Oliveira Santos Pastorelli; Cintia Teixeira de Sousa Viana; Miria Gomes Benincasa e Valquíria Aparecida Rossi, 2024).

O discurso das interlocutoras expõe aspectos da realidade supracitada: “[...] aí, tive essa perda grande, né? Os meus pais. Pensei em desistir de tudo” (Irani) e “[...] descobri um câncer muito complicado, não podia tratar por conta da pandemia. Minha cabeça a mil, vou morrer. E os meus filhos?” (Jaci). Diante disso, os afetos foram a força motriz adotada por elas para seguir adiante, e mesmo com os pensamentos de desistência do percurso educacional, elas reinsurgiram em novos sentidos de caminhada.

Para Irani, foi também difícil, pois entre idas e vindas para a terra de origem e o polo da graduação, foi imposta a condição de não estar na presença da família durante a pandemia: “Foi um momento difícil que mexeu com o psicológico de todos. Não podia voltar ao município. Paguei aluguel, passagem e não consegui a liberação para entrar no município. Fiquei sozinha, eu lia era a respeito da pandemia, abalou o meu psicológico, né? Chorava sozinha” (Irani).

No Amazonas, os protocolos de segurança durante a pandemia da Covid-19 incluíram o isolamento social e a suspensão do transporte fluvial de passageiros pelo Decreto Estadual nº 42.087/2020 (Amazonas, 2020), enquanto municípios adotaram critérios próprios para circulação. Para muitas pessoas, as restrições sanitárias somaram-se às dificuldades econômicas e sociais. Jurema, por exemplo, teve que deixar seu filho com a mãe: “Deixei meu filho com a minha mãe, não fiquei lá na pandemia. Tudo é mais difícil para quem vem do interior. Chega aqui na universidade, não tem cota, né? A quilombola não tem cota. É muito difícil a questão financeira”. Seu relato revela o

sofrimento ético-político marcado pela separação familiar e pelos desafios financeiros enfrentados como mulher reterritorializada no Ensino Superior.

A recente reformulação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) incluiu quilombolas, pessoas negras, indígenas e com deficiência nas políticas de acesso, mas ainda são necessários avanços nas políticas de acesso e permanência, especialmente na área da saúde. Segundo Sawaia (2014), a dialética exclusão/inclusão e a inclusão perversa revelam a barbárie social, pois ao incluir as/os pobres, também se desenvolve a intolerância a esses corpos-territórios na universidade. As questões sociais, além da pandemia da Covid-19, carregam interseccionalidades que agravam desigualdades, como mostram as narrativas das interlocutoras, que expressam sofrimento psíquico, impotência e sensação de fracasso acadêmico.

Tainá relatou: “A pandemia trouxe aquele medo e desespero de ver monte de gente morrendo. Pensei em desistir de tudo, vinha momento de desespero”. A pandemia Covid-19 seguiu uma lógica que reforça desigualdades, com mortes, explorações e medos que afetaram os corpos-territórios das mulheres reterritorializadas neste estudo.

A pandemia Covid-19 revelou as mazelas sociais de um governo negacionista e, no contexto brasileiro, as dificuldades de manter a vida acadêmica ultrapassaram o desafio do aprendizado e da presença na universidade, então, restrita ou proibida. Estar em casa e estudar exigia ainda mais esforço diante do uso da tecnologia, das obrigações domésticas, dos cuidados com as/os outras/os e consigo mesmas, além dos processos pessoais de adoecimento, todos presentes nas narrativas.

4. “Mas por que tu pensa em desistir?”

Os relatos das interlocutoras denunciam as universidades como ambientes excludentes, patriarcais, hierárquicos e violentos, com raízes profundas em seus alicerces (Kary Emanuelle Reis Coimbra, 2024). O termo “violência acadêmica” é apresentado como uma denúncia contra práticas abusivas naturalizadas, que continuam a se reproduzir nos espaços acadêmicos. A violência, muitas vezes invisível, silencia e deixa marcas indelévels nos corpos-territórios, que buscam, no conhecimento, a liberdade de ser e existir e o reconhecimento de seus saberes, frequentemente negados.

As narrativas de Araci mostram como o ensino recebido na comunidade dela era diferente daquele da universidade: “[...] o ensino que recebi dentro da comunidade é

diferente de uma universidade, complicado e dificultoso, não fazia sentido o explicado”. Tainá também compartilhou: “[...] não entendia o que os professores falavam porque é diferente o sotaque e fala daqui pro do interior, me sentia burra, muita diferença do ensino”. bel hooks (2013) defendeu uma pedagogia que reconheça as múltiplas identidades de estudantes e a proposta interseccional acolhe as diferenças, possibilitando a conexão com suas histórias, identidades e experiências. Quando não conseguem se ver refletidos, o aprendizado se torna fragmentado e alienante, e os corpos-territórios das interlocutoras sentem na pele a violência epistêmica.

A violência epistêmica se manifesta de forma silenciosa nas instituições, refletindo os processos coloniais que ainda influenciam as estruturas modernas. A universidade, como parte desse legado, perpetua a autoridade disfarçada de sabedoria, mantendo autoritarismos sob a aparência da razão (Walter Mignolo e Catherine Walsh, 2018). Essa assimetria no conhecimento evidencia a ausência de letramentos étnico-raciais e a falta de professoras/es negras/os, indígenas e quilombolas nas universidades, apontando a necessidade urgente de mudanças profundas em níveis institucional e social para que esse modelo de exclusão não continue sendo reproduzido.

Além da violência epistêmica, as interlocutoras experienciam as dificuldades de moradia, transporte, alimentação e materiais de estudo, dentre outras. Tais desafios nos primeiros períodos do curso são vivenciados com sofrimento psíquico e ético-político, que desvelam a inclusão perversa enfrentada por esses corpos-território. Como Araci expressou: “A dificuldade é dura. Se eu não estiver preparada, eu entro em depressão e ansiedade. Caminhava sozinha e sem dinheiro pra faculdade, pensava em desistir”. Também Jurema compartilhou: “A gente chega de lá, não tem um recurso financeiro, é o que mais me desmotivou, eu falo, mas por que tu vai desistir? É a questão financeira, dificuldade pra apostilas, pra ter as coisas pessoais mesmo”. Ela continuou: “primeiro período foi bem difícil encontrar uma kitnet próxima, eu não tinha transporte, eu vinha andando, não tinha mobília onde eu morava”.

Coimbra (2024) abordou a violência acadêmica, destacando desigualdades no ingresso e permanência na universidade, marcadas por interseccionalidades de gênero, classe e raça. Ela criticou a cultura produtivista que impõe pressão pela produção de trabalhos acadêmicos em prazos curtos, a negação de direitos aos trabalhadores-discentes da pós-graduação, como a ampliação dos direitos das mulheres-mães e a inclusão dos pós-graduandos na legislação previdenciária. Além disso, destacou relações abusivas de

poder, como assédio moral, sexual, sexismo e racismo, além do esgotamento físico e psíquico de docentes e discentes.

A universidade tem dificuldades em garantir a permanência para todas as pessoas que precisam, sendo insuficientes as quantidades de vagas para os auxílios de permanência estudantil (custeios econômicos). Em relação às/ aos amazônidas, Lemos (2021) denunciou que o acesso se configura como inclusão perversa, devido aos critérios dos editais, pois as inserções reproduzem práticas sutis de exclusão social (Sawaia, 2014). Nem todas as famílias possuem condições de custear financeiramente as estudantes durante sua formação. Para as interlocutoras, apenas uma contou com a ajuda, e, ainda assim, teve insegurança alimentar: “Meu pai mandava dinheiro pra comprar comida, era pouco, a faculdade não tinha restaurante universitário. E eu vindo do interior, né? Nem sempre eu almocei, deitava pelo corredor pra descansar” (Tainá).

O sofrimento é intensificado para quem é mulher amazônida, reterritorializada, universitária e mãe. As universidades não dispõem de condições de apoio e aprendizagem; é necessário que as políticas públicas avancem nesse sentido, inclusive na construção de espaços concretos para maternar. Irani relatou: “Se fossem outras pessoas, já teriam desistido mesmo. Porque não é fácil você estar numa faculdade, ter um filho, se manter com despesas e não contar com a ajuda de ninguém” (Irani). Também Jaci: “É muito difícil a mulher estudar quando tem filho pequeno. Ficava a responsabilidade para mim, eu tinha que dar conta de tudo, da casa, filhos e marido”.

Todos esses aspectos configuram o sofrimento ético-político que vigora no adoecimento psíquico das interlocutoras. É inconcebível separar as diversas violências que elas atravessaram, e ainda sentem em seus corpos-territórios. Pensar em desistir é uma possibilidade para essas mulheres: “[...] eu desenvolvi depressão e ansiedade” (Jucimara). Na trajetória de Tupi, por exemplo, o adoecimento na saúde mental, mediante o sofrimento ético-político, manifestou-se diante das pressões exercidas no ambiente acadêmico: “Eu tive uma crise de pânico, não consegui manter uma linha cronológica dos fatos da minha vida” - expressou Tupi. Para Irani, “[...] foi o que mexeu muito comigo, pensei em desistir”.

Assim sendo, a pandemia da Covid-19 descortinou “emergências em emergências” e, principalmente, as mulheres reterritorializadas, racializadas, foram as mais impactadas pelo sofrimento e adoecimento psíquico, manifestados durante suas trajetórias de escolarização. E, embora a universidade também tenha reforçado essa

violência, o acesso possível a direitos básicos norteou o futuro tão presente de resistências e lutas.

5. “A universidade abre nortes”

A política de Ação Afirmativa de acesso, como a Lei nº 12.711/2012 (Brasil 2012), surge das lutas dos movimentos sociais pela democratização do ensino e visa combater a discriminação vivenciada por grupos marginalizados, como mulheres, indígenas, negras/os e pessoas com deficiência que enfrentaram exclusão em diversos setores, incluindo a educação (Marcineuza Santos de Jesus, 2020). Essa política emerge de uma jornada de resistência, em busca de reconhecimento e reparações para grupos historicamente marginalizados, em um cenário desafiador marcado pela fragmentação e desigualdade social, conforme revelado nas narrativas das interlocutoras deste estudo.

Diante do dilema de não somente garantir o acesso, mas também a permanência das estudantes no Ensino Superior, foi perceptível que democratizar o ensino é também construir estratégias que permitam o desenvolvimento de uma trajetória acadêmica bem-sucedida (Lemos, 2021). A estratégia pensada economicamente são os programas de auxílios acadêmicos, moradia e digital (que dispõe de bolsas para custear a moradia e materiais de estudo). As interlocutoras pontuaram como o acesso a esses auxílios foi fundamental para cursarem o Ensino Superior. Conforme ressaltaram Venturini e Feres Junior (2020), o não ingresso na moradia estudantil interfere no trancamento e abandono do curso, principalmente para negras (pardas). Nas diversas falas, elas expressaram o alívio da possibilidade de permanência: “Eu consegui auxílio, graças a Deus, para me manter lá dentro” (Tainá). “Tive muitos desafios, logo no início eu não tinha notebook para fazer os meus trabalhos e os professores exigiam, e, com a ajuda dos colegas, eu consegui. Depois veio o auxílio de inclusão digital, comprei o meu notebook” (Irani). “A gente conseguiu a casa do estudante para morar” (Orion).

Além dos auxílios, as atividades de extensão universitária que dispunham de bolsas foram construindo sentidos nas trajetórias de escolarização delas: “Eu comecei a fazer o PIBID⁷, me inscrevi e passei, melhorou” (Jurema). “Comecei a fazer o projeto.

⁷ 1 PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), iniciativa do Ministério de Educação para valorizar a formação de professoras/es para a educação básica.

Tudo melhorou, gostei de escrever; a universidade me proporcionou escrever uma história diferente” (Tupi). “Consegui a bolsa do PIBID. Melhorou” (Tainá).

As políticas públicas de permanência e assistência estudantil no Ensino Superior são fundamentais para promover a equidade e o acesso à educação, especialmente para estudantes de baixa renda. Programas como bolsas de estudo, restaurantes universitários e moradias estudantis ajudam a reduzir barreiras econômicas, permitindo que as/os estudantes permaneçam e tenham sucesso acadêmico. Essas iniciativas são essenciais para a democratização do Ensino Superior e contribuem para a redução das desigualdades sociais. Embora ainda não sejam suficientes, essas políticas representam um avanço importante, oferecendo oportunidades como iniciação científica, extensão e intercâmbio, compreendidas como vitais para o futuro acadêmico e profissional das/os estudantes. Sem esses programas, bem como às bolsas de pesquisa e extensão, dificilmente as interlocutoras conseguiriam permanecer estudando. Verbalizado por Yuna: “Eu passei para o projeto de iniciação científica, e faço projeto de extensão também. Inclusive, participei de intercâmbio.”

Pensar o processo de escolarização envolve considerar as necessidades e demandas das/os universitários migrantes, e o quanto os auxílios contribuem significativamente para os estudos. Para as estudantes amazônidas, um dos aspectos provocados pelas distâncias entre comunidades e campi é a migração, que traz desafios relacionados à renda, segurança, moradia, alimentação, transporte, apoio de familiares, pares, professoras/es e instituições, influenciando a permanência das estudantes (Gisele Cristina Resende, Isabel Cristina Fernandes Ferreira, Iolete Ribeiro da Silva e Silviane Barbato, 2022). Assim, quando há expansão das possibilidades socioeconômicas as necessidades básicas são atendidas e conseguem estudar. Esses desafios e resistências vivenciados repercutem no modo como as mulheres começam e continuam através das lutas, engajando-se nos movimentos estudantis como compromisso ético-político. As narrativas dessas mulheres destacam-se para além das vivências de dor e sofrimento, ao apontar um norte e descortinar caminhos possíveis e exemplos reais.

Considerações Finais

A análise do sofrimento ético-político vivenciado por mulheres amazônidas reterritorializadas revela a urgência de uma abordagem ecofeminista que reconheça a

interdependência entre os corpos, a terra e as relações sociais. Essas mulheres apresentaram saberes simbólicos e coletivos de sobrevivência e superações. Na busca por acesso à educação, desconstruem narrativas de opressão e criam espaços de resistência, nos quais suas experiências e saberes ancestrais são valorizados. A inseparabilidade entre natureza e mulher, escolarização e história de vida é presente em suas narrativas de mulheres amazônidas racializadas, para tanto a coletividade é potência e possibilidade de continuidade para superação de todas as formas de opressão e exploração. As políticas públicas de educação, saúde e outras, bem como as ações afirmativas necessitam ser construídas desde o acesso até a permanência, considerando as interseccionalidades e intersetorialidades.

O corpo-território emerge como um símbolo de resistência, no qual a força coletiva se manifesta na luta contra as desigualdades estruturais, as violências de gênero e a precarização de suas vidas. Nesse contexto, torna-se imperativo que as instituições de Ensino Superior adotem práticas decoloniais que não apenas acolham, mas também celebrem a diversidade e a pluralidade de saberes.

Essas trajetórias de escolarização são marcadas por desafios impostos por interseccionalidades que incidem nas vivências do sofrimento psíquico e ético-político na universidade. Tais desafios incluem dificuldades de acesso a direitos básicos (moradia, alimentação, transporte, materiais de estudo, *internet*) e o enfrentamento de violências de gênero e do racismo epistêmico, além do adoecimento psíquico. Esses fatores evidenciam a importância das políticas socioassistenciais para garantir a continuidade da escolarização no Ensino Superior.

A saúde mental, vista sob uma perspectiva ampliada, pode ser entendida como um bem interligado ao cuidado com a terra e as comunidades, assim como precisa ser uma prioridade nas políticas públicas. Esse cuidado deve ser considerado inseparável dos ideais de educação, promovendo não apenas inclusão, mas uma verdadeira emancipação dessas mulheres. Nessa perspectiva, a luta por justiça social e ambiental deve caminhar lado a lado, reforçando que a transformação das realidades amazônidas depende do reconhecimento e valorização das vozes e vivências dessas mulheres. Com coragem e determinação, demonstram que é preciso seguir trilhando caminhos em busca de um futuro mais justo e igualitário, pautado pela reexistência e pela construção de novas possibilidades para si mesmas e suas comunidades.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM).

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBANAES, Patrícia. **Qualidade das vivências acadêmicas percebidas por estudantes cotistas na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214986>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ALVES, Kristine Renata Medeiros.; ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; RESENDE, Gisele Cristina. As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliação e projetos de futuro. *In*: BARBATO, Silvine; FRANÇA, Carla Cristie de; RESENDE, Gisele Cristina; GONZÁLEZ, Maria Fernanda; SILVA; Iolete Ribeiro (org.). **Narrativas de mulheres na educação e na vida**. Manaus, AM: EDUA; Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2023. p. 167-182.

AMAZONAS. **Decreto nº 42.087, de 19 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19). Manaus: Governo do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www.pge.am.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/Decreto-42087-de-19.3.2020.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ANDRADE, Alexandra Nascimento de; VILAÇA, Argicely Leda de Azevedo; NEGRÃO, Felipe da Costa. O ensino remoto emergencial no Amazonas nas lentes dos professores: inclusão ou exclusão? *In*: **VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 2021, Maceió. Anais. João Pessoa: Editora Realize, 2022. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_M D1_SA119_ID5113_16092021114805.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 9, n. 3, p. 1569–1597, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v9n3.p1569-1597>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/6751>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, n. 14, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARBOSA, Vilckiane Natércia Malherme; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. Intersecções entre gênero, raça e pobreza na vida de mulheres no Nordeste do Brasil.

Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 21, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/64031>. Acesso em 13 de abr. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. “**Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social**”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-femicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa civil. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *In*: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN CON EL SUR – ACSUR (org.). **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. [S.l.]: ACSUR, 2010. p. 11–25.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em 03 jan. 2025.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis. Precisamos falar sobre violência acadêmica: a universidade como locus de reprodução de violências coloniais. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1098–1112, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79002>. Acesso em: 21 nov. 2024.

CORADIN, Cristiane.; OLIVEIRA, Simone Santos. Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. **Saúde Em Debate**, v. 48, n. 01, 2024. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8731>. Acesso em 02 jan. 2025.

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone; GUEVARA, Maria de Los Angeles Arias. Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.03212024>. Acesso em 02 jan. 2025.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) –

Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em:
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v13n2/v13n2a17.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989. Disponível em:
<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mai 2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

GAMA, Abel Santiago Muri; FERNANDES, Tiótréfis Gomes; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; SECOLI, Silvia Regina. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00002817>. Acesso em 03 fev. 2025.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, v.9, n. 18, p. 101-110, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944360010.pdf>. Acesso em 03 fev. 2025.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 571-579, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kw9SwJT5SHMYty6dhTYvsGg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, v. 92, n. 93, 1988, p. 69-82.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 1-24, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>. Acesso em 26 fev. 2025.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em:
<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

HOOKS, bell. **Feminism is for Everybody: Passionate Politics**. Editora Pluto Press, 2000.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2013.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Tradução: Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JESUS, Marcineuza Santos de. **Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8339>. Acesso em 25 nov. 2024.

KAFROUNI, Roberta Sant'Anna; DOMINGUES, Rafaela de Campos; ANTUNES, Anna Paula Lindolpho. Dificuldades acadêmicas na universidade: análise das queixas relatadas por estudantes. In: FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de; VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes (org.). **Vigotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão.** Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

KNUDSEN, Susanne Vittenkamm. Intersectionality - A Theoretical Inspiration in the Analysis of Minority Cultures and Identities in Textbooks. In: BRUILLARD, Éric; AAMOTSBARKEN, Bente; KNUDSEN, Susanne Vittenkam; HORSLEY, Mike. **Caught in the web or Lost in the textbook?** Eighth International Conference on Learning and Educational v. 53, n. 1, p. 61-76, 2006. Media. Disponível em: https://iartem.org/wp-content/uploads/2012/03/8th_iartem_2005-conference.pdf. Acesso em 14 mar. 2025.

MELLO, Christiane Alves Byron de. **Desafios no trabalho da assessoria pedagógica do ensino médio presencial com mediação tecnológica do Amazonas.** 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, 2017. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/desafios-no-trabalho-da-assessoria-pedagogica-do-ensino-medio-presencial-com-mediacao-tecnologica-do-amazonas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em 23 nov. 2024.

MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis.** Durham and London: Duke University Press, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. Ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição.** São Paulo: Diáspora Africana; Filhos da Terra, 2018.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina Félix de; RODRIGUES, Quemuel Baruque de; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Revista de Ciências Sociais**

Configurações, n. 26, p. 75-93, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979>. Acesso em: 03 fev. 2025.

ONU MULHERES – Organização das Nações Unidas Mulheres. **Mulheres e meninas devem estar no centro da recuperação da COVID-19, diz chefe da ONU**. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-da-recuperacao-da-covid-19-diz-chefe-da-onu/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas**. Brasília: OPAS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PANTOJA, Irlanda Leite. **Gênero, espacialidade e sustentabilidade**: as mulheres chefes de família do Parque Residencial Manaus – Prosamim. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3992>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PASTORELLI, Simone de Oliveira Santos; VIANA, Cintia Teixeira de Sousa; BENINCASA, Miria Gomes; ROSSI, Valquíria Aparecida. A sobrecarga de mães trabalhadoras durante o isolamento social da pandemia da COVID-19. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, 2024. Disponível em:
<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/4407/3363>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PEREIRA, Alessandra dos Santos; SILVA, Iolete Ribeiro da. História de vida e feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.87346>. Acesso em: 03 fev. 2025.

PINTO, Alexandre Panez. Agua-Territorio en América Latina: Contribuciones a partir del análisis de estudios sobre conflictos hídricos en Chile.. **Rupturas**, v. 8, n. 1, p. 193-217, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/rup/v8n1/2215-2989-rup-8-01-193.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. **Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, 2023. Disponível em: <https://www.tede.ufam.edu.br/handle/tede/9753>. Acesso em: 23 fev. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 12, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, Gisele Cristina; FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; SILVA, Iolete Ribeiro; BARBATO, Silviane. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados de trajetórias estudantis. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, v. 23, n. 6, 2022. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstreams/c6eb542f-7f65-4342-95fd-45fe0d367efc/download>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SALINO, Alessandra Valle; RIBEIRO, Gláucia Maria de Araújo. Análise da oferta de hospitais e leitos hospitalares no estado do Amazonas ante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 136, 2023. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/7673>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SANTOS, Fabiane Vinente dos; FERREIRA, Maria Assunta Pedrosa. O corpo-território: feminismos decoloniais, saúde e estratégias dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. [SYN]THESIS, v. 15, n. 1, p. 30-44, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/69285>. Acesso 03 dez. 2024.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Iolete Ribeiro. Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência. Projeto de pesquisa financiado pelo Programa Humanitas, Edital nº 005/2022. CT&I/FAPEAM, Manaus, Amazonas, 2022.

SILVA, Sander José Couto da; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SANTOS, Nálbia de Araújo. **Ensino presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas**. In: XI ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (XI EBAP), 2024, Brasília-DF. Anais [...]. Brasília: XI EBAP, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381116447_Ensino_Presencial_com_Mediacao_o_Tecnologica_no_Estado_do_Amazonas. Acesso em: 13 fev. 2025.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RJbPdTCPbgSFcMpMYjhb8Fv/>. Acesso em 13 jan. 2025.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Mais de 420.000 crianças são afetadas por seca recorde na região amazônica**. Brasília – DF, novembro 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-420000-criancas-sao-afetadas-por-seca-recorde-na-regiao-amazonica>. Acesso em 10 fev. 2025.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 228-249, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147491>. Acesso em 13 fev. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Vera Maria Sérgio de Abreu; TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes de. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface, Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6RPNvjyCvgjmZjMgvSDDpZq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2024.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. **Revista Bioética**, v. 22, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/745/776. Acesso em 06 dez. 2024.

Recebido em abril de 2025.

Aprovado em julho de 2025.